PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE MORRETES

TESTE SELETIVO PARA JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES REMUNERADOS
COMARCA DE MORRETES/PR
EDITAL Nº. 01/2017
PROVA CONCILIADOR

NOME: _____

INSCRIÇÃO: _____ DATA : ____/____/____

ASSINATURA: _____

INSTRUÇÕES:

- Verifique se este caderno corresponde a sua opção de cargo;
- Preencha o cabeçalho, apondo sua assinatura;
- O caderno de prova contém 25 questões numeradas de 1 a 25. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores;
- As questões devem ser **ASSINALADAS COM A LETRA "V" para verdadeiro e "F" para falso e após, realize a somatória daquelas assinaladas com a letra "V", inserindo no retângulo o produto da soma;**
- As questões cuja soma estiver rasurada ou de dúbia interpretação serão consideradas como erradas e sem pontuação;
- As questões que não constarem a somatória no local indicado serão consideradas erradas e sem pontuação;
- Os pontos atribuídos às questões anuladas de ofício, ou após impugnação, serão computados a todos os candidatos;
- A interpretação das questões faz parte da prova, não cabendo aos fiscais a análise das questões propostas;
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou uso de aparelhos eletrônicos, sendo vedado o ingresso na sala com aparelhos celulares;
- Você terá 03 (três) horas para responder a todas as questões e preencher os campos indicados com a somatória das questões consideradas verdadeiras;
- O resultado será publicado no dia **09 de Maio de 2017**, oportunidade em que cópia da prova será disponibilizada no site do TJPR, iniciando-se desde então o prazo para apresentação dos títulos.

Boa sorte.

.....

ESPELHO DO GABARITO																											
01						06						11						16						21					
02						07						12						17						22					
03						08						13						18						23					
04						09						14						19						24					
05						10						15						20						25					

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

QUESTÃO 01

(02)( ) Não se admite litisconsórcio, ou qualquer modalidade de intervenção de terceiro como a assistência;

(04)( ) O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade e primazia das formas;

(08)( ) O maior de 16 anos e menor de 18 anos, poderá propor ação perante o Juizado Especial desde que assistido por seu representante legal, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas;

(16)( ) Havendo pedidos contrapostos, poderá ser dispensada a contestação formal e serão apreciados em sentença.

QUESTÃO 02

(02)( ) As partes podem arrolar até o máximo de três testemunhas cada, as quais obrigatoriamente compareceram independente de intimação;

(04)( ) Da sentença, inclusive a homologatória de conciliação, caberá recurso;

(08)( ) O recurso que deverá ser interposto no prazo de 10 dias, contados da ciência da sentença, terá somente efeito devolutivo, não podendo em nenhum caso lhe ser atribuído efeito suspensivo;

(16)( ) A extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes.

QUESTÃO 03

(02)( ) O acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial;

(04)( ) Admitir-se-á ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído por esta Lei;

(08)( ) O condenado em litigância de má-fé será condenado ao pagamento das custas processuais;

(16)( ) O oferecimento de embargos na execução de título extrajudicial prescinde da prévia segurança do juízo.

QUESTÃO 04

(02)( ) Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto;

(04)( ) Na alienação forçada dos bens, o devedor, o credor ou terceira pessoa idônea não poderão tratar da alienação do bem penhorado;

(08)( ) O devedor poderá oferecer embargos, nos autos da execução, alegando causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, antecedente à sentença.;

(16)( ) Na obrigação de fazer, o Juiz pode determinar o cumprimento por outrem, fixado o valor que o devedor deve depositar para as despesas, sob pena de multa diária.

QUESTÃO 05

(02)( ) As audiências poderão ser realizadas no horário noturno e em qualquer dia da semana;

(04)( ) Não se aplicam aos juízes leigos e conciliadores os motivos de impedimento e suspeição previstos no Código de Processo Civil;

(08)( ) Segundo o Código de Normas do TJPR, os conciliadores advogados e os juízes leigos ficarão impedidos de exercer advocacia perante os juizados especiais em que atuarem, enquanto no desempenho de suas funções;

(16)( ) A função correicional sobre conciliadores e juízes leigos compete somente ao juiz supervisor a que estiverem vinculados.

QUESTÃO 06

(02)( ) O valor da causa deverá equivaler ao benefício econômico pretendido e não ao valor do contrato;

(04)( ) A pessoa jurídica pode formular pedido contraposto;

(08)( ) É válida a citação da pessoa física quando a respectiva carta é entregue no seu endereço, somente quando recebido por ela;

(16)( ) Não existindo outros bens a satisfazer o crédito exequendo, possível a penhora de conta-salário no limite de 30%.

QUESTÃO 07

(02)( ) A perícia informal é admissível na hipótese do art. 35 da Lei 9.099/1995;

(04)( ) O advogado cujo nome constar do termo de audiência estará habilitado para todos os atos do processo, inclusive para o recurso;

(08)( ) Não é cabível a designação de audiência de conciliação em execução de título judicial;

(16)( ) A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, não implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento.

QUESTÃO 08

(02)( ) Extinto o feito sem resolução de mérito, resta prejudicado pedido contraposto, que segue a sorte da ação principal;

(04)( ) O mero inadimplemento contratual não acarreta danos morais;

(08)( ) Incumbe ao devedor a baixo do protesto junto ao Cartório de Registro, mas somente se houver a entrega da carta de anuência pelo credor;

(16)( ) O desrespeito ao prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, e não da juntada do comprovante da intimação enseja o não conhecimento do recurso inominado.

QUESTÃO 09

(02)( ) Os conciliadores e juízes leigos são auxiliares da Justiça;

(04)( ) O Conciliador Criminal desempenhará as suas atribuições na audiência de instrução e julgamento, sob a orientação e supervisão do Juiz Supervisor;

(08)( ) Segundo a resolução nº. 04/2013 do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Paraná, o Conciliador registrará na ata a proposta de transação penal nos exatos termos em que formulada pelo Ministério Público;

(16)( ) São requisitos para o exercício da função de Conciliador ser bacharel em direito e não registrar antecedente criminal.

JUIZADO ESPECIAL F. PÚBLICA

QUESTÃO 10

(02)( ) Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança;

(04)( ) O juiz poderá, de ofício deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias para evitar dano de difícil ou de incerta reparação;

(08)( ) As autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, podem figurar como réus;

(16)( ) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.

QUESTÃO 11

(02)( ) A contagem dos prazos processuais nos Juizados da Fazenda Pública será feita de forma contínua, observando-se, inclusive, a regra especial de que não há prazo diferenciado para a Fazenda Pública;

(04)( ) É de 08 (oito) dias o prazo de recurso contra decisão que deferir tutela antecipada em face da Fazenda Pública;

(08)( ) É cabível, nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, o litisconsórcio ativo, ficando definido, para fins de fixação da competência, o valor individualmente considerado de até 60 salários mínimos;

(16)( ) Não há prazo diferenciado para a Defensoria Pública no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

QUESTÃO 12

(02)( ) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá recurso inominado;

(04)( ) Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão;

(08)( ) Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão;

(16)( ) Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

QUESTÃO 13

(02)( ) A transação penal não poderá ser proposta pelo Ministério Público nos casos de infrações penais praticadas com violência ou grave ameaça à pessoa;

(04)( ) Nas ações penais públicas, não é permitida ao autor do fato a possibilidade de recusa da transação penal;

(08)( ) Nos crimes em que a pena mínima for igual ou inferior a dois anos, o Ministério Público poderá oferecer a suspensão condicional do processo;

(16)( ) Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo;

QUESTÃO 14

(02)( ) A ausência injustificada do autor do fato à audiência preliminar implicará na extinção do feito;

(04)( ) Havendo conexão entre crimes da competência do Juizado Especial e do Juízo Penal Comum, prevalece a competência daquele;

(08)( ) A proposta de transação de pena restritiva de direitos não é cabível quando o tipo em abstrato só comporta pena de multa;

(16)( ) O acordo em que o objeto for obrigação de fazer ou não fazer ~~deverá~~ não poderá conter cláusula penal;

DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 15

(02)( ) As infrações penais previstas na Lei nº. 9.605/98, a ação penal é pública incondicionada;

(04)( ) As pessoas jurídicas prestaram serviços à comunidade;

(08)( ) Nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, de que trata o art. 74 da mesma lei, salvo em caso de comprovada impossibilidade;

(16)( ) O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente são circunstâncias que atenuam a pena.

QUESTÃO 16

(02)( ) A responsabilidade civil em matéria ambiental é subjetiva, ou seja, é necessário demonstrar que houve culpa;

(04)( ) O cidadão pode ajuizar ação civil pública para defesa do meio-ambiente;

(08)( ) O meio ambiente artificial é integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico;

(16)( ) o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA estão intimamente ligados ao princípio do poluidor-pagador.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 17

(02)( ) São nulos os contratos celebrados por pessoas absolutamente incapazes e quando não revestirem a forma prescrita em lei;

(04)( ) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro;

(08)( ) O costume é fonte do direito e também método de integração da norma jurídica;

(16)( ) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

QUESTÃO 18

(02)( ) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou;

(04)( ) Não pratica ato ilícito aquele praticado em legítima defesa;

(08)( ) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão;

(16)( ) Corre a prescrição mesmo não estando vencido o prazo da obrigação.

PROCESSO CIVIL

QUESTÃO 19

(02)( ) O juiz dirigirá o processo, preferencialmente com auxílio de conciliadores;

(04)( ) A nova sistemática adotada pelo novo Código de Processo Civil é promover desde logo a conciliação das partes;

(08)( ) O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem;

(16)( ) O conciliador poderá depor acerca de fatos ou elementos oriundos da conciliação;

QUESTÃO 20

(02)( ) As partes podem escolher, de comum acordo, o conciliador, o mediador ou a câmara privada de conciliação e de mediação;

(04)( ) O conciliador ou mediador escolhido pelas partes poderá ou não estar cadastrado no tribunal;

(08)( ) O conciliador e o mediador ficam impedidos, pelo prazo de 2 (dois) anos, contado do término da última audiência em que atuaram, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes;

(16)( ) Será excluído do cadastro de conciliadores e mediadores aquele que atuar em procedimento de mediação ou conciliação, apesar de impedido ou suspeito.

MANUAL DE MEDIAÇÃO JUDICIAL

QUESTÃO 21

(02)( ) O conflito pode ser definido como um processo ou estado em que duas ou mais pessoas divergem em razão de metas, interesses ou objetivos individuais percebidos como mutuamente incompatíveis;

(04)( ) Em regra, intuitivamente se aborda o conflito como um fenômeno negativo nas relações sociais;

(08)( ) Na mediação, quanto na conciliação, como na negociação, as partes não precisam chegar a um acordo;

(16)( ) A conciliação pode ser definida como um processo autocompositivo breve no qual as partes ou os interessados são auxiliados por um terceiro, neutro ao conflito, para assisti-las, por meio de técnicas adequadas, a chegar a uma solução ou a um acordo.

QUESTÃO 22

(02)( ) A mediação e a conciliação são métodos vinculantes;

(04)( ) Originalmente conciliação permitiria a sugestão de uma proposta de acordo pelo conciliador;

(08)( ) Atualmente, pode-se afirmar que a conciliação no Poder Judiciário busca além do acordo, uma efetiva harmonização social das partes;

(16)( ) A conciliação atualmente é (ou ao menos deveria ser) um processo consensual breve, envolvendo contextos conflituosos.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 23

(02)( ) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal;

(04)( ) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum;

(08)( ) Diz-se crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade da vítima;

(16)( ) No direito penal o excesso doloso ou culposo e punível.

PROCESSO PENAL

QUESTÃO 24

(02)( ) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá

(04)( ) A renúncia do representante legal do menor que houver completado 18 (dezoito) anos, privará este do direito de queixa, nem a renúncia do último excluirá o direito do primeiro;

(08)( ) Se o querelante for menor de 21 e maior de 18 anos, o direito de perdão poderá ser exercido por ele;

(16)( ) A renúncia tácita e o perdão tácito não admitem todos os meios de prova.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 25

(02)( ) A CF/88 pode ser assim classificada: promulgada, semirrígida, dogmática, escrita, sintética e eclética;

(04)( ) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário;

(08)( ) São órgãos do Poder Judiciário o Conselho Nacional de Justiça, o Juiz do Trabalho, o Juiz Arbitral, entre outros;

(16)( ) Aos juízes são assegurados constitucionalmente a irredutibilidade de subsídio, a imputabilidade, a vitaliciedade e a inamovibilidade.